

Instituto Superior de Psicologia Aplicada



**A QUALIDADE DA RELAÇÃO PARENTAL E A RESISTÊNCIA DOS FILHOS À
FRUSTRAÇÃO**

Joana Simão Valério Gonçalves - N.º 15370

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Aplicada

Especialidade em Psicologia Clínica

2008
Instituto Superior de Psicologia Aplicada

**A QUALIDADE DA RELAÇÃO PARENTAL E A RESISTÊNCIA DOS FILHOS À
FRUSTRAÇÃO**

Joana Simão Valério Gonçalves - N.º 15370

Dissertação orientada por: Prof. Dr. Eduardo Sá

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Aplicada

Especialidade em Psicologia Clínica

2008

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Sá, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, n.º 19673/2006 publicado em Diário da Republica 2ª série de 26 de Setembro, 2006

RESUMO

A partir deste estudo pretendeu-se avaliar a qualidade da relação parental numa amostra de crianças e as eventuais implicações no tipo de resposta (assertivo, agressivo ou passivo) predominantemente adoptado por elas perante situações frustrantes.

Pretendeu-se igualmente perceber se existiam diferenças entre a qualidade dos desempenhos parentais percebida por estas crianças e a percebida pelos seus pais em relação aos próprios pais, quando se reportavam às suas infâncias.

A amostra foi recolhida na Escola Primária do Arco do Cego, sendo constituída por 32 crianças, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos e pelos respectivos pais.

Às crianças procedeu-se à aplicação do questionário C.A.T.S. (Children's Action Tendency Scale) e do questionário da percepção dos desempenhos parentais, que foi igualmente aplicado aos pais das crianças.

Os desempenhos parentais percebidos pelas crianças revelaram-se de qualidade superior aos percebidos pelos pais e mães, quando estes se reportavam às suas infâncias, sobressaindo diferenças significativas entre as duas gerações no tipo de relação parental vivenciado.

As crianças responderam predominantemente de um modo assertivo e menos frequentemente de um modo agressivo, não se observando relação causal entre a qualidade dos desempenhos parentais percebida e o tipo de resposta adoptado perante situações frustrantes.

Palavras chave: Qualidade da relação parental, situações frustrantes, agressividade, passividade, assertividade.

ABSTRACT

The purpose of the present study was to analyse the quality of parental relationship in a sample of children and the implications for the type of response (assertive, aggressive or passive) predominantly adopted by them in frustrating situations.

It was also wanted to analyse if there were any differences between the quality of parental performances perceived by these children and the one perceived by their parents, when they thought in their own childhood's.

The sample was collected at the Arco do Cego Primary School and it was composed by 32 children of both sexes, aged between 8 and 10 years, and their parents.

To the children was applied the questionnaire CATS (Children's Action Tendency Scale) and the questionnaire of parental performance perception, which was also applied to the children's parents.

The parental performances perceived by the children proved to be of superior quality than the perceived by their fathers and mothers, when they thought in their childhood. There were revealed significant differences between the two generations in the parental relationship experienced.

The children responded in a predominantly assertive and less often in a aggressive way. It wasn't revealed a causal relationship between the quality of parental performance perceived by the children and the type of response adopted by them in frustrating situations.

Key words: Quality of parental relationship, frustrating situations, aggressiveness, passivity, assertiveness.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado com base no estudo exploratório que deu origem à tese de licenciatura, defendida no ano de 2003 e intitulada "A Qualidade da Relação Parental e a Resistência dos Filhos à Frustração". As questões que são discutidas no artigo mantêm a sua actualidade e conservam a sua pertinência, permitindo uma reflexão sobre a perspectiva defendida e partilhada por vários autores em relação à actual ausência e indisponibilidade afectiva dos pais para com os filhos, resultado da excessiva carga horária que muitos despendem nas suas profissões e ocupações. Através desta investigação foi possível avaliar, para a amostra em estudo, a qualidade da relação entre pais e filhos vivida actualmente em comparação com a vivida na geração anterior e compreender se os pais percebidos pelas crianças são melhores ou piores que os avós percebidos pelos pais.

Por último, avaliou-se as implicações da qualidade da relação parental no padrão relacional adoptado pelas crianças perante situações frustrantes, averiguando se respondem predominantemente de um modo agressivo, passivo ou assertivo.

A necessidade de uma prestação de cuidados suficientemente boa durante os primeiros anos de vida da criança, implica a existência de um meio capaz de produzir e manter relações afectivas estáveis e de boa qualidade, aquilo a que Winnicott designou de « meio facilitador » para o crescimento psíquico.

Geralmente, é a família da criança que assume esse papel e é nesta célula familiar que a criança se vai desenvolver, física e emocionalmente.

A família pode ser definida como um grupo de pessoas directamente unidas por ligações de parentesco (por casamento ou de sangue), no qual os membros adultos assumem a responsabilidade pela educação e cuidado das crianças (Giddens, 1997).

Essa família deverá ser parte de uma rede social estável, dentro da qual a criança é bem vinda, e se pode "misturar" tanto com os adultos como com os seus pais, muitos dos quais fazem parte do seu meio desde que nasceu (Bowlby, 1979).

Apesar da família constituir uma instituição em si mesma, os diversos elementos que a compõem assumem funções distintas em relação à criança, as quais se complementam, sempre com o objectivo de promover o seu desenvolvimento.

A célula familiar é composta por duas gerações em que cada uma tem necessidades, prerrogativas e obrigações diferentes e é esta divisão da família em duas gerações, em dois

sexos, que permite à criança assumir gradualmente a sua identidade sexual. Os pais, que cresceram em famílias diferentes, procuram fundir-se, a eles e ao seu passado, numa nova célula que satisfaça as suas necessidades.

A filiação implica, pois, um determinado número de funções que a família deve favorecer e dirigir para o desenvolvimento da criança, cuja personalidade firme e eficaz não se desenvolve por tendências inatas mas dentro da matriz familiar em que se desenvolve.

A qualidade da relação estabelecida pela criança com cada um dos membros da sua família é pois de importância vital para a sua integridade psíquica.

A este propósito Bowlby (1979) demonstrou que um grande número de pessoas com uma personalidade bem adaptada, com iniciativa e auto-confiança, cresceu em famílias unidas, com pais que, aparentemente, sempre valorizaram a criança e nunca falharam ao fornecer-lhes apoio e encorajamento.

O estabelecimento do equilíbrio narcísico da criança assenta na qualidade e estabilidade afectiva dos objectos internos ou das representações objectais da criança, intimamente ligadas ao seu "self" (Strecht, 2001)

Todo o desenvolvimento intelectual, afectivo e social de uma criança assenta na organização interior da sua família (Sá, 1999).

Leituras realizadas no âmbito da sociologia e psicologia apontam para uma maior ausência e indisponibilidade afectiva dos pais, resultado da excessiva carga horária despendida nas suas profissões. Inúmeros indicadores estatísticos e sociológicos são particularmente alarmantes neste sentido, referido que as mulheres portuguesas são as que menos tempo têm para dedicar aos filhos na União Europeia, dispendo de um total de 35 horas semanais, consideravelmente menos que a média comunitária (45 horas), mas mesmo assim muito mais que os homens portugueses, que reservam apenas 20 horas por semana para os filhos. É aferido igualmente que grande parte dos pais e mães estão ambos cansados pela excessiva carga horária despendida nas suas profissões e culpabilizados pela menor atenção que consideram dar aos filhos, embora esta ideia seja mais frisada pelas mulheres (Campos, 2002).

Segundo Teresa Ferreira (2002), o ritmo alucinante que se instalou na sociedade actual, concorre para que a família dificilmente consiga instalar um equilíbrio relacional com os filhos e organizar-lhes o pensamento, assistindo-se por parte das crianças a uma perda de referências porque nada é estável ou afectivamente significativo. Estas crianças apresentam em geral sintomas de um agir em comportamentos agressivos ou destrutivos na escola e na família, aliando-se o desinteresse pelos conteúdos ou matérias escolares, as

dificuldades de concentração e atenção, a instabilidade psíquica e motora. A ideia que as crianças têm de si próprias é inexistente ou confusa, tal como a capacidade de julgar e avaliar os outros, já que há uma falência da família enquanto organizador do primeiro nível de socialização das crianças, pelas trocas identificatórias entre os seus elementos .

A mesma autora, defende que os pais, para minimizarem as ausências, devem dispor de uma relação de qualidade quando estão junto dos filhos. Segundo a própria, isto significa ter tempo para eles, para os acarinhar, para lhes perguntar como correu o dia na escola. Actos simples mas que os irão ajudar a falar deles próprios, a sentirem-se ouvidos e desejados. As crianças cujos pais se envolvem profundamente nos seus cuidados e na atenção que elas requerem, comportam-se melhor social e cognitivamente do que aquelas que sentem que eles desempenham na sua vida um papel marginal (Pereira da Silva, 1997).

Para Pedro Strech (2001), assiste-se actualmente ao crescimento do número de pais que, frequentemente ocupados e sem tempo, mergulhados na informação e no jogo das conquistas materiais da vida, perderam a disponibilidade emocional para com os seus filhos, disponibilidade essa que se manifesta não só na qualidade da presença dos pais na vida dos filhos, mas também na continuidade dessa mesma presença. Para este autor, a desresponsabilização emocional dos pais perante os filhos estará na origem dos sintomas que muitas crianças e adolescentes apresentam, tais como as perturbações no comportamento (hiperactividade, agressividade, défice de atenção) e as respectivas dificuldades escolares, que provocam naturalmente problemas de aprendizagem e perturbações emocionais.

Kevin Nugent salienta a importância da participação do pai, no desenvolvimento emocional da criança, uma vez que desempenha um papel radicalmente diferente do desempenhado pela mãe. Para este autor, ser pai não é duplicar a figura da mãe, mas sim acrescentar uma nova dimensão à vida da criança. Ele brinca de modo diferente com ela e tem um modo diferente de lidar com as mais variadas situações. E também de comunicar. Esta relação pode transmitir à criança um maior sentimento de segurança e confiança. De facto, as crianças cujos pais estão muito envolvidos na sua educação, que alteram a sua vida para estarem mais disponíveis para os filhos, mostram também uma maior capacidade de desenvolvimento cognitivo. Nugent defende que a participação do pai na vida da criança não é só importante para ela, como para o próprio desenvolvimento pessoal do homem-pai (Machado & Torres de carvalho, 2002).

Michel Rota, pediatra, afirma que quando a vida profissional do pai restringe quantitativamente os contactos familiares, o pai sente dificuldade em fazer valer a sua autoridade, por cansaço ou medo de traumatizar. Contudo, o equilíbrio da criança exige-o e

a comunicação pai-filho será melhor se esta necessidade for satisfeita. Mas é também preciso que os pais saibam brincar com os filhos.

Há uma necessidade lógica para que pai e mãe se autodesculpabilizem pelo pouco tempo que passam em casa. O importante, no entanto, é que a criança não se veja diminuída nos seus laços afectivos.

Luís Miguel Neto, defende que «vale mais uma mãe realizada, mesmo não tendo todo o tempo do mundo para assumir o papel que lhe foi atribuído pela sociedade, do que aquela que opta por uma vida frustrante, que mais tarde ou mais cedo, pode tornar-se num obstáculo de relacionamento com as crianças». A sua tese, partilhada por muitos dos especialistas educacionais, está porém, a levantar grandes dúvidas nos Estados Unidos.

Ronald Levant, psicólogo da Harvard School, é peremptório ao afirmar que «as crianças precisam de muito tempo e muita atenção dos pais». Segundo ele, é uma doce ilusão pensar que os filhos são apenas mais uma fracção da agenda diária dos pais, pessoas a quem podemos dizer: «Tudo bem, temos agora a nossa meia hora, vamos a isso?» (Pereira da Silva, 1997).

A qualidade da relação parental coloca-se assim como determinante na formação de uma identidade segura, com sentido de autonomia e auto-estima.

Uma relação parental de qualidade envolve uma prestação de cuidados suficientemente boa, o que implica a existência de um meio facilitador para o crescimento psíquico, isto é, um meio capaz de produzir e manter relações afectivas, estáveis e de boa qualidade, que potenciem o desenvolvimento das aptidões das crianças (Winnicott, 1914).

É pois imprescindível a presença de um adulto que dê uma constância na prestação de cuidados, esteja suficientemente presente e emocionalmente disponível para receber os sentimentos da criança e pensar sobre ela (Shirley Hoxter cit. por Strecht, P. 1998).

Neste tipo de relação, os pais assumem a responsabilidade emocional perante os filhos, traduzida na continuidade da sua presença e na sua disponibilidade afectiva para escutar, receber e transformar com sentido as expressões do mundo emocional das crianças, cuja riqueza se traduz em formas eficazes de relacionamento e comunicação (Strecht, 2001).

Os filhos têm assim a possibilidade de aprender a pensar, já que sentem os pais como atentos, empáticos e, sobretudo, capazes de transformar as emoções e afectos dolorosos em experiências toleráveis de dor, criando-se a imunidade à dor mental (Sá, 1995).

Estamos perante um estilo parental em que os pais se envolvem profundamente na prestação de cuidados aos seus filhos e na atenção que eles requerem, fazendo com que se

sintam ouvidos e desejados e mais competentes a nível social e cognitivo (Ferreira, T. 2001).

MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Objectivo do Estudo

Com este estudo, propomos explorar a questão mediática relativa à actual ausência e indisponibilidade afectiva dos pais para com os filhos, frequentemente ocupados e sem tempo, através da percepção da qualidade dos desempenhos parentais numa amostra de crianças. Nesse sentido, pretende-se avaliar a qualidade da relação entre pais e filhos vivida actualmente em comparação com a vivida na geração anterior e compreender se os pais percebidos pelas crianças são melhores ou piores que os avós percebidos pelos pais.

Por último, pretende-se avaliar as implicações da qualidade da relação parental na forma das crianças lidarem com situações frustrantes, averiguando se respondem predominantemente de um modo agressivo, passivo ou assertivo.

Delineamento de Hipóteses

- 1 - A relação entre pais e filhos é actualmente de menor qualidade face à relação que esses pais, enquanto crianças, estabeleceram com os seus pais.

- 2 - As crianças que usufruem de uma relação parental de menor qualidade respondem predominantemente de um modo agressivo ou passivo, quando confrontadas com situações frustrantes.

Caracterização da Amostra

A amostra deste estudo foi recolhida na Escola Primária do Arco do Cego, sendo constituída por 32 crianças, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos e pelos respectivos pais. As variáveis sexo e nível socio-económico das crianças não foram controladas.

Para a recolha da amostra, foram convocadas duas turmas do 4º ano e uma turma do 3º ano, visto serem os anos que compreendem as idades nas quais existe já uma maior facilidade na leitura e compreensão dos questionários, não sendo ainda marcada a influência exercida pelos pares, uma vez que continua a existir uma forte dependência em relação aos pais. Este último aspecto é de particular importância para este estudo, uma vez que permite avaliar com maior precisão a qualidade da relação parental.

Instrumentos

Questionário dirigido às Crianças

Num primeiro momento, procedeu-se à construção de um questionário dirigido às crianças, com o objectivo de avaliar a percepção que têm da qualidade dos desempenhos parentais.

Neste sentido, procedeu-se a uma revisão da literatura acerca da temática, no sentido de apurar os itens mais pertinentes a serem testados.

O questionário final ficou constituído por 14 itens apresentados numa escala com três níveis de resposta, cujos conteúdos focaram especificamente:

- O tempo que pais e filhos passam em média por dia, durante a semana
- Os hábitos de diálogo e de partilha das vivências de cada um
- O acompanhamento prestado pelos pais nos TPC dos filhos e no estudo para os testes, bem como no visionamento de TV e no esclarecimento de dúvidas suscitadas pelo conteúdo de certos programas
- Os hábitos de brincadeiras entre pais e filhos
- A disponibilidade afectiva dos pais para escutar os problemas dos filhos e o alívio que estes encontram na figura dos pais para as suas tristezas
- O medo sentido pelos filhos em relação aos pais
- A percepção dos filhos em relação ao tempo que os pais lhes dedicam

Questionário dirigido aos Pais

O questionário dirigido aos pais das crianças, resultou de uma adaptação dos questionários dirigidos às crianças, no qual se pretendia avaliar a percepção da qualidade dos desempenhos parentais quando se reportavam às suas infâncias.

C.A.T.S. - Children's Action Tendency Scale (Deluty,1985)

Este questionário desenvolvido por Robert Deluty e publicado em 1979 no Journal of Consulting and Clinical Psychology tem como objectivo estudar os níveis de agressividade, passividade e assertividade em crianças dos 6 aos 15 anos.

Por agressividade entende-se que na resolução de conflitos interpessoais, o sujeito, além de só ter em conta o seu ponto de vista, responde às situações usando os mecanismos que dispõe para manipular/magoar o outro.

Por passividade, considera-se que o sujeito utiliza como estratégia de resolução de conflitos, aceder a tudo o que o outro afirma, sem utilizar nenhum tipo de argumento a seu favor.

Por assertividade, pressupõe-se que na resolução de conflitos o sujeito interaja com o outro, de modo a procurar uma alternativa comum e que satisfaça ambos. Existe um descentramento da sua parte, argumentando as suas opiniões, escutando e tornando válidas as do outro igualmente. Não há persuasão nem subjugação às ideias dos outros.

Neste questionário, mediante 13 situações que envolvem frustração, perdas, provocação ou conflitos, são dadas três soluções alternativas (uma assertiva, uma agressiva e outra passiva) emparelhadas entre si. É pedido à criança que opte por uma solução em cada um dos três emparelhamentos existentes em cada situação.

Deve-se enfatizar a importância de responder honestamente, sublinhando que o questionário remete para o que a criança faria naquela situação e não o de saber o que acha que deveria ser feito.

Na grelha de correcção, observa-se que para cada situação o indivíduo escolha sempre entre:

- uma resposta agressiva e uma passiva
- uma resposta assertiva e uma passiva
- uma resposta agressiva e uma assertiva

Após a resposta aos questionários procedeu-se à cotação dos mesmos de forma a efectuar-se a contagem de respostas agressivas, passivas e assertivas.

Procedimento

A amostra para este estudo foi recolhida na Escola Primária do Arco do Cego, tendo sido dirigido, para esse efeito, um pedido de autorização à Directora da Escola.

Após o seu consentimento foram escolhidas, aleatoriamente, duas turmas do 4º ano e uma turma do 3º ano, perfazendo um total de 60 alunos.

Seguidamente, foram elaborados 60 pedidos de autorização, dirigidos aos pais dessas crianças, tendo-se apurado um total de 45 respostas positivas, de pais que aceitaram participar no estudo e autorizaram igualmente a participação dos seus filhos no mesmo. Nesses pedidos de autorização era explicado o objectivo do estudo, o método subjacente à recolha dos dados e dada a garantia do anonimato e da confidencialidade dos mesmos.

Após apuradas as crianças que iriam fazer parte do estudo, foram contactados os respectivos professores, no sentido de os inteirar sobre o objectivo da investigação e dos procedimentos a seguir.

Dois dos professores disponibilizaram-se em aplicar, eles próprios, os questionários aos alunos, tendo-lhes sido dirigidas algumas instruções nesse sentido.

Desta forma, a cada professor foi solicitado para entregar a cada aluno um conjunto de 4 questionários identificados com o mesmo número.

Os dois primeiros questionários - C.A.T.S. e questionário dirigido às crianças - seriam para os alunos responderem no tempo de aula e devolverem ao professor, enquanto que os dois últimos questionários - questionários dirigidos aos pais - seriam para os alunos levarem para casa e entregarem um ao pai e outro à mãe para responderem. Posteriormente as crianças deveriam devolver os questionários dos pais ao professor.

No primeiro questionário - C.A.T.S. - o professor deveria enfatizar a importância dos alunos responderem honestamente, sublinhando que o questionário remetia para o que a criança faria naquela situação e não o de saber o que acha que deveria ser feito.

No que respeita à terceira turma convocada, não foi necessário dirigir qualquer instrução à professora, já que foi a autora deste estudo que aplicou os questionários às crianças.

Uma vez que foi possível contar com a colaboração da Directora da Escola que se prontificou em guardar na sua posse todos os questionários recolhidos pelos professores, quer das crianças, quer dos pais, verificou-se que foram devolvidos 32 grupos de questionários completos, em que cada grupo compreendia 4 questionários: o da criança, do pai, da mãe e o C.A.T.S.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que respeita à percepção da qualidade dos desempenhos parentais nos três grupos da amostra (crianças, mães e pais) verificou-se que:

- A qualidade da relação parental percebida pelas crianças é tendencialmente diferente da percebida pelas mães e diferente da percebida pelos pais, quando estes dois grupos se reportam às suas infâncias.
- As crianças percebem, na sua grande maioria, uma relação parental de qualidade superior, não se registando para este grupo uma percepção de desempenhos parentais de qualidade inferior, padrão este que já se encontra para as mães e pais, ganhando uma maior notoriedade neste último grupo.
- As crianças são o grupo que percebe desempenhos parentais de maior qualidade
- Os pais (homens) constituem o grupo que percebe desempenhos parentais de menor qualidade, quando se reportam à sua infância.

- Não se observam diferenças entre as crianças do sexo masculino e as do feminino, no que se refere à percepção da qualidade dos desempenhos parentais, o que parece traduzir uma mudança nas próprias mentalidades. Assim, para a amostra em estudo, os pais parecem demonstrar a sua afectividade pelos filhos independentemente destes serem do sexo feminino ou masculino, não havendo para este último grupo a adopção de um estilo parental mais autoritário e punitivo como na geração anterior.

Estes resultados evidenciam que, para a amostra em estudo, apesar da dificuldade que muitos pais sentem em conciliar a vida familiar com o trabalho, tal parece não diminuir a disponibilidade afectiva para com os filhos. A este propósito, mesmo as crianças que perceberam uma considerável restrição nos tempos passados com os pais durante a semana, perceberam desempenhos parentais de qualidade superior, o que leva a crer que as ausências dos pais acabam por ser minimizadas pela disponibilidade afectiva que revelam para com os filhos.

Neste sentido, evidencia-se na amostra em estudo uma percentagem bastante superior de crianças cujos pais brincam regularmente com elas em comparação com a experiência das mães e pais, quando se reportavam às suas infâncias. A importância dada a este espaço para brincar traduz não só uma maior valorização dos tempos vividos em família como também uma maior proximidade emocional entre pais e filhos, já que os primeiros procuram ir ao encontro do mundo interior da criança, da sua imaginação e fantasia. Durante a brincadeira pais e filhos partilham uma mesma actividade lúdica em que todos retiram prazer, esbatendo-se o distanciamento entre as duas gerações, outrora existente, em prol de uma maior cumplicidade e intimidade. O brincar é assim uma forma facilitadora de comunicação, na qual pais e filhos se dão a conhecer intimamente, pela partilha de emoções e afectos (Sá, 1995).

Sobressai igualmente uma maior efectividade no acompanhamento que os pais prestam aos filhos da amostra na realização dos TPC e no estudo para os testes, bem como no visionamento da TV, esclarecendo as dúvidas das crianças e discutindo o conteúdo dos programas. Estamos perante uma estratégia que promove o desenvolvimento do espírito crítico, reforçando a transmissão dos princípios educativos.

Os pais desta amostra parecem ser igualmente mais atentos, intuitivos e empáticos para com os filhos do que foram os seus próprios pais, dado que a maioria das crianças refere desabafar regularmente os seus problemas e tristezas com os pais, sentir-se compreendida e encontrar alívio para as suas angústias junto destes. Assim, estas crianças

parecem usufruir de relações analgésicas, nas quais os pais demonstram uma verdadeira capacidade de “*rêverie*”, isto é, de receber as emoções e os afectos dolorosos dos filhos e transformá-los em experiências toleráveis de dor, criando-se a imunidade à dor mental (Sá, 1999). A segurança afectiva decorrente contribui para o desenvolvimento psíquico da criança que se tornará expressiva, tolerante com o que se lhe apresenta como diferente do seu ponto de vista e interessada pelo outro e pelo mundo que a rodeia.

No que respeita à relação entre a qualidade da relação parental percebida pelas crianças e o tipo de respostas por elas adoptado perante situações frustrantes verificou-se que:

- O tipo de resposta dado pelas crianças da amostra quando confrontadas com situações frustrantes não está relacionado com a qualidade dos desempenhos parentais percebida, o que significa que as crianças respondem de um modo assertivo, passivo ou agressivo independentemente da qualidade da relação parental que percebem. Tendo a maioria das crianças da amostra percebido desempenhos parentais de qualidade superior e uma minoria desempenhos parentais de qualidade média, não foi possível compreender se uma percepção de desempenhos parentais de qualidade inferior estaria relacionada com um estilo relacional predominantemente passivo ou agressivo
- As crianças respondem predominantemente de um modo assertivo e menos frequentemente de um modo agressivo.

O facto das crianças da amostra, na sua grande maioria, usufruírem de uma relação parental de qualidade superior, parece traduzir-se em formas mais eficazes de relacionamento e comunicação. Desta forma, se compreende que na resolução de conflitos, as crianças tenham adoptado predominantemente um padrão de resposta assertivo em que interagem com o outro, de modo a procurar uma alternativa comum, que satisfizesse a ambos sem persuasão nem subjugação às ideias do outro.

Usufruindo de uma relação parental em que se sente compreendida e desejada, a criança adquire a autoconfiança necessária para explorar o mundo e aceitar o que se lhe apresenta como diferente do seu ponto de vista, tornando-se mais competente a nível social e cognitivo. É possível para ela descentrar-se do seu ponto de vista, argumentando as suas opiniões, escutando e tornando válidas as do outro igualmente.

Na impossibilidade de responder num registo assertivo, as crianças preferiam aceder ao que o outro afirmava, sem utilizar nenhum tipo de argumento a seu favor em vez de responderem às situações manipulando e/ou magoando o outro e atendendo unicamente ao seu ponto de vista.

Em síntese, apesar da tendência dos pais para se auto-culpabilizarem pelo tempo que passam em casa com os filhos que consideram ser menor que o desejável, o essencial é que a criança não se veja diminuída nos seus laços afectivos e possa usufruir de uma relação parental de qualidade, isto é, uma relação na qual os pais se envolvem profundamente na prestação de cuidados aos seus filhos e na atenção que eles requerem, fazendo com que se sintam ouvidos e desejados e mais competentes a nível social e cognitivo (Ferreira, 2001). A qualidade da relação parental implica pois a existência de um meio facilitador para o crescimento psíquico, isto é, um meio capaz de produzir e manter relações afectivas, estáveis e de boa qualidade, que potenciem o desenvolvimento das aptidões das crianças (Winniicoot, 1914). É da qualidade "suficientemente boa" dos cuidados a ela prestados, que vai depender o seu desenvolvimento emocional, a sua vulnerabilidade à frustração, à agressividade e à ansiedade que virá a sentir em diversas circunstâncias da sua vida.

De facto, pais ou mães podem estar fisicamente próximos dos seus filhos mas demitidos na relação com eles: não conversam intimamente, não brincam, não realizam nenhuma actividade em conjunto, escasseando de forma preocupante as oportunidades que as famílias se dão para pensar e comunicar. São as famílias omissas das suas funções de famílias, que criam condições para que os apelos das crianças se façam pelo comportamento em prejuízo das palavras, uma vez que terão sentido os pais como desatentos e pouco empáticos para com elas.

A carência de cuidados parentais e a falta de uma imagem de identificação constituem um considerável risco para a criança, já que a insegurança afectiva que daqui advém marca todo o seu funcionamento. Nestes casos, verifica-se uma ambivalência entre a grande necessidade de afecto e a incapacidade de estabelecer relações estáveis e satisfatórias. Citando Bowlby, "danifica-se a capacidade de estabelecer e manter vínculos afectivos profundos e duradouros, numa personalidade incapaz de afeição" (Bowlby, 1981).

Para Seabra Diniz (1993), a privação de um meio familiar, ou a integração numa família de qualidade deficiente, pode produzir indivíduos desadaptados socialmente e com problemas psicológicos de várias ordens.

Quando as experiências de privação são mais traumáticas as consequências na criança são a um nível mais profundo, verificando-se dificuldades em distinguir entre si, o outro e o mundo exterior, precariedade na organização temporal e espacial, afectação de alguns processos intelectuais como a linguagem e a abstracção e dificuldade em controlar a impulsividade.

A qualidade e a estabilidade da relação parental é pois determinante na confiança fundamental que a criança adquire, confiança nos outros e em si própria, o que contribui para o seu sentido de autonomia e auto-estima e conseqüentemente para a constituição de um self coeso e forte, o que se traduz em formas mais eficazes de relacionamento e comunicação (Erikson,1976).

A este propósito Bowlby (1979) demonstrou que um grande número de pessoas com uma personalidade bem adaptada, com iniciativa e auto-confiança, cresceu em famílias unidas, com pais que, aparentemente, sempre valorizaram a criança e nunca falharam ao fornecer-lhes apoio e encorajamento.

Pelo contrário, quando a família não desempenha as funções psicológicas, afectivas, educativas e sociais que lhe são inerentes, enquanto instituição, não assegurando satisfatoriamente o bem-estar da criança, o seu desenvolvimento psíquico fica comprometido, a nível da forma como pensa, age e se relaciona.

Vários autores são unânimes em afirmar que a infância oferece a muitos de nós a possibilidade de crescer e construir um espaço mental de relações privilegiadas, que permitem que em dado momento que estejamos sós, nos possamos sentir acompanhados por objectos internos, resultantes de relações satisfatórias com objectos parentais a que outrora nos vinculámos" (Oliveira, 1997).

CONCLUSÃO

A partir desta investigação, procurou-se de forma exploratória, encontrar um conjunto de indícios do que são comportamentos para-abandónicos, isto é, comportamentos que não sendo exuberantemente traumáticos, conduzem a experiências menos gratificantes e a traumas cumulativos, que acabam por se repercutirem nas dimensões narcísicas e nos modos de relacionamento da criança.

Após a análise dos resultados, concluiu-se que ambas as hipóteses delineadas previamente para esta amostra foram refutadas.

Neste sentido, foi possível constatar que, para a amostra em estudo, os desempenhos parentais percebidos pelas crianças são de qualidade superior aos percebidos pelos pais e mães, quando estes se reportam às suas infâncias, o que vem refutar a primeira hipótese. Apesar de poder haver uma dissonância entre as respostas das crianças e o que realmente sentem, essa dissonância dá conta de uma necessidade de apego que prevalece, apesar das experiências menos gratificantes na relação com os pais. A crescente qualidade dos desempenhos parentais que se verifica da geração anterior para a actual na amostra em estudo, leva-nos a acreditar que os pais da amostra terão estabelecido uma identificação segura com os seus pais e é por terem pais vivos e seguros dentro de si que se permitem colocá-los em causa e realizarem constantes movimentos reparadores da sua própria infância na relação com os filhos.

Segundo Bowlby (1981), os pais com uma infância difícil não só estão afectivamente mais afastados dos filhos, como se interessam num grau muito menor pela interacção com eles, do que os pais com uma infância feliz.

De facto, se não tivesse sido possível para estes pais a introjecção de uma imagem estruturante e contentora dos seus próprios pais, por ausência ou indisponibilidade afectiva destes, estaríamos perante sujeitos cujas vivências se centrariam em torno de constantes movimentos de idealização ou de ataque às figuras parentais, movimentos estes que acabariam por ser projectados nos próprios filhos, com prejuízo ao nível das formas de relacionamento e de comunicação. Neste sentido a agressividade dirigida contra a imago materna e/ou paterna, iria reactualizar-se através de uma angústia persecutória projectada constantemente nos filhos, sendo nestes casos usuais as expressões como: "O meu filho nunca irá passar por aquilo que eu passei". Por outro lado, a idealização dos objectos parentais constituiria somente um movimento de engrandecimento destes objectos, o que os tornaria aparentemente perfeitos, mas também inalcançáveis, dificultando o processo de identificação, que se encontraria assim perturbado. Perante a insuficiência /inexistência da relação pais/criança, a conflitualidade e a desilusão tornar-se-iam uma impossibilidade, o que se poderia traduzir numa incapacidade para conter e elaborar as angústias dos filhos e por tomar por menores os gestos generosos e de apego dos mesmos, já que tudo ficaria aquém da relação idealizada. Estes são os pais que pela forma como se sentiram filhos dificilmente conseguem lidar com um conflito, sem se sentirem fragilizados, já que nunca usufruíram de uma relação suficientemente segura e "resistente" a qualquer contrariedade.

A segunda hipótese previamente delineada foi igualmente refutada uma vez que se verificou que a qualidade dos desempenhos parentais percebida pelas crianças não estava relacionada com o padrão de resposta (assertiva, agressiva ou passiva) adoptado por elas, quando confrontadas com situações frustrantes. Tal significa que as crianças respondem de um modo assertivo, passivo ou agressivo independentemente da qualidade da relação parental que percebem. Ou seja, não se constatou uma relação causal do tipo quanto maior/menor a qualidade dos desempenhos parentais, maior/menor o número de respostas assertivas/passivas/agressivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bowlby, J. (1976). A natureza da ligação da criança com a mãe. In Soczka (Ed.) As ligações Infantis. Lisboa: Bertrand.

Bowlby, J. (1979). The Making and Breaking of Affection Bonds. Londres: Tavistock Publications.

Bowlby, J. (1981). Cuidados Maternos e Saúde Mental. São Paulo: Martins Fontes.

Campos, A. (2002, 10 de Outubro). Portuguesas têm pouco tempo para cuidar dos filhos. Público, Secção Sociedade, p.24.

Deluty, R. (1985). Cognitive Mediation of Aggressive, Assertive and Submissive Behavior in Children. International Journal of Behavioral Development, 8 (355-369).

Ferreira, T. (2002). Em Defesa da Criança – teoria e prática psicanalítica. Lisboa: Assírio & Alvim.

Giddens, A. (1997). Sociology. UK: Polity Press.

Machado, A. & Carvalho, P. T. (2002, 3 de Outubro). Ser pai é acrescentar uma nova dimensão à vida da criança. Público, Secção Sociedade, p.26.

Sá, E. (1995). Más Maneiras de Sermos Bons Pais. Lisboa: Fim de Século Edições.

Sá, E. (1999). Manual de Instruções para uma Família Feliz. Lisboa: Fim de Século Edições.

Sá, E. e Cunha, M. J. (1996). Abandono e Adopção - O Nascimento da Família. Coimbra: Livraria Almedina.

Seabra Diniz, J. (1993). Este Meu Filho que Eu não Tive. Lisboa: Edições Afrontamento

Shaffer, R. (1979). Saber ser mãe. Lisboa: Moraes Ed.

Silva, A. P. (1997). Sem tempo para os filhos. Revista Visão, 238, p.72-78.

Strecht, P. (1998). Crescer Vazio - Repercussões Psíquicas do Abandono, Negligência e Maus Tratos em Crianças e Adolescentes. Lisboa: Assírio & Alvim.

Strecht, P. (2001). Interiores - Uma Ajuda aos Pais sobre a Vida Emocional dos Filhos. Lisboa: Assírio & Alvim

Seabra, T. (1998). Estratégias Familiares de Educação das Crianças. Sociologia, Problemas e Práticas, 27, 11-25.

Oliveira, M.^a (1997). Sentimentos de Abandono em crianças institucionalizadas privadas de contacto familiar: estudo de 4 casos. (Monografia de Licenciatura em Psicologia Clínica). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Torres, A. C., & Silva, F. V. (1998). Guarda das crianças e divisão do trabalho. Sociologia, problemas e práticas, 28, 9-65.

Winnicott, D. (1957). L' enfant et as Famille. Paris: pb